

O Cerrado em jogo

Categories : [Reportagens](#)

[A APA Pouso Alto está localizada no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, há cerca de 250 quilômetros de Brasília. Foi criada em 2001 através de um decreto estadual e possui uma área duas vezes maior \(872 mil hectares\) que o Distrito Federal, atingindo mais cinco municípios além de Alto Paraíso: Colinas do Sul, Nova Roma, São João da Aliança, Teresina de Goiás e Cavalcante.](#)

Seu desenho abrange uma das regiões de Cerrado mais bem preservadas do país, onde é registrada biodiversidade única, além de inúmeras nascentes que alimentam a bacia do rio Tocantins. Junto com a Serra do Espinhaço e as margens do rio Araguaia (divisa Tocantins/ Pará), a Chapada dos Veadeiros é um dos [centros de endemismo do Cerrado](#). A APA, por ser uma unidade de uso sustentável, foi pensada para conciliar interesses de antigos moradores da Chapada com a necessidade de criar um mosaico de reservas em todo nordeste goiano.

[“Não temos nada contra a APA, mas sim contra o processo como ela está sendo implantada”, pontua o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Alto Paraíso de Goiás, Divaldo Rinco. Segundo ele, embora sejam os fazendeiros quem “pagarão a conta” para proteger a região, o setor agropecuário não tem representatividade no conselho gestor. Os sindicatos rurais dos municípios dividem vagas com membros de associações comerciais, e por isso queixam-se de ter “meia vaga” no conselho.](#)

As disputas por mais representatividade na elaboração do plano de manejo escondem a verdadeira questão por trás do pedido de liminar movido pelos produtores. O texto da ação, bem como a sentença do juiz de Alto Paraíso, sustentam que a APA está promovendo uma “desapropriação indireta”, uma vez que impõe limitações sobre o uso da terra em propriedades privadas. Ou seja, a preocupação dos fazendeiros diz respeito a possíveis restrições à atividade agropecuária dentro da APA.

Modelo de desenvolvimento

A promotora do Ministério Público Estadual em Alto Paraíso, Maris Amado, questiona a posição dos produtores rurais e afirma que a ação deles é juridicamente inconsistente. “As pessoas estão acostumadas a sofrerem limitações legais de várias naturezas, mas quando se fala em questões ambientais, há resistência. Eles não querem que dêem pitaco na propriedade deles”, julga.

Rinco, que já foi duas vezes prefeito de Alto Paraíso, diz acreditar que a APA trará vantagens à região, desde que o plano de manejo deixe bem claro que haverá espaço para “as belezas naturais” e para os pastos e lavouras. O presidente do Sindicato Rural acusa o governo estadual de impor um plano de manejo “na marra” à região depois de cinco anos da edição do decreto que

criou a Pouso Alto. Reclama ainda do fato de uma consultoria do Rio Grande do Sul ter sido contratada para fazer os estudos de zoneamento ecológico-econômico.

O diretor de Unidades de Conservação da Agência Ambiental de Goiás, Paulo D'Ávila, afirma que o governo do estado possui 250 mil reais, frutos de uma compensação ambiental, para investir na feitura do plano de manejo da APA. [Ele mostra todas as datas e listas de presenças das reuniões nos municípios que estão na área protegida para garantir que o processo está sendo feito com participação popular](#). Em sua opinião, a ação dos produtores é um “capricho, antes de qualquer coisa”. Aos fazendeiros, diz, não interessa discutir o ordenamento territorial da APA. “Muitos querem especular com suas terras”, aponta o diretor da agência goiana.

A procuradoria geral de Goiás entrou no último dia 15 com recurso no Tribunal de Justiça do Estado e espera a sentença para as próximas semanas. Além disso, o Ministério Público Estadual entrou com um agravo contra a sentença proferida pelo juiz Lênio Prudente. Se a liminar for suspensa, o plano de manejo poderá continuar, mas em caso contrário a Chapada dos Veadeiros perderá a oportunidade de ter um planejamento para a proteção de seus recursos naturais.

“Uma das funções do plano de manejo da APA é a discussão com a sociedade do tipo de desenvolvimento que se terá dentro dela”, pondera o coordenador do programa Cerrado da Conservação Internacional, Ricardo Machado. A ação dos produtores rurais acabou por interromper exatamente este debate crucial, observa. Atividades agropecuárias, a priori, não estão proibidas de existir em Pouso Alto. Elas só teriam que ser realizadas com “mais cuidado”, como pondera a promotora Maris Amado.

[Ela crê que a APA abre uma oportunidade de gerar um “desenvolvimento sustentável real” para as pessoas de baixa renda na região. A unidade de conservação desenvolve o potencial do ecoturismo dos municípios, defende Téia. “São Jorge é um exemplo, pois éramos uma vila de garimpeiros e hoje nos tornamos guias e donos de pousada”, diz em referência ao Vilarejo que abriga milhares de turistas que visitam o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.](#)

Ex-prefeito de Alto Paraíso e ex-presidente do Sindicato Rural da cidade, Jair Barbosa participa dos debates sobre o plano de manejo no conselho gestor. Ele sustenta que aquilo que os “ambientalistas querem preservar os produtores da região nunca degradaram”. Ele fala em 84% de áreas conservadas na chapada e acha que os fazendeiros devem ter o direito de manter suas produções dentro da APA. “Eu já disse que não sou contra a APA. Temos que preservar, mas não a qualquer custo.” Sua opinião é de que os proprietários de terra que moveram a ação popular pensam apenas em manter os seus negócios, pois o potencial de crescimento não é grande. O que se busca na região é aumento de produtividade, garante.

Meio ambiente pressionado

No entanto, existem grandes áreas de soja que entram pela pequena parte da APA que avança sobre São João da Aliança, ao Sul. Foi ali que no mês de março passado o Ibama aplicou uma multa de 100 mil reais na Fazenda São Jorge, de 650 hectares, onde se vê que o proprietário construiu um sistema de drenagem do solo para impedir o acúmulo de água no meio da plantação de soja. O processo acelerou a lavagem do solo, que contém resíduos de insumos agrícolas, levando-os para córregos que alimentam o rio Macacão, um dos atrativos turísticos da Chapada dos Veadeiros. O dono da São Jorge, Leonardo Ribeiro, um jovem de Ribeirão Preto (SP) que conta ser fã das cachoeiras da região, admite a infração ambiental.

Título das terras

A resistência dos produtores de Alto Paraíso à criação da APA do Pouso Alto pode ser explicada pela história do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Criado originalmente com o nome de Parque Nacional do Tocantins, em 1960, por Juscelino Kubitschek, a área protegida possuía 620 mil hectares, incluindo muitos trechos que hoje estão na APA. Já em 1972, produtores que não haviam recebido indenizações por terras conseguiram na justiça a redução do parque. No ínicio da década de 80, os militares, pressionados por poucos e grandes proprietários promoveram mais uma drástica redução no Tocantins. Reduzido a apenas 65 mil hectares, o parque passou a se chamar Veadeiros e assim permanece até hoje.

Jair Barbosa, nativo de Alto Paraíso, acompanhou todas as disputas em torno das áreas protegidas do nordeste goiano. Para ele, o que motiva o movimento dos fazendeiros contra a APA Pouso Alto é um medo de que isso possa causar desapropriações como ocorreu na criação do Parque dos Veadeiros. Na região, poucas são as propriedades que conseguem comprovar a titularidade. Daí o temor que qualquer intervenção governamental possa bagunçar a ordem estabelecida.

Dados da Ong Conservação Internacional indicam que desde a primeira redução do parque na década de 60, 120 mil hectares já foram desmatados. A APA, portanto, pode ser uma última tentativa de proteção do cerrado da região. Em 1999, um decreto do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, tentou retomar a área que foi reduzida durante a década de 80. Mas a iniciativa foi barrada no Supremo Tribunal Federal (STF) por pedido de produtores da cidade de Cavalcante.

O próprio decreto estadual que instituiu a Pouso Alto em 2001 gerou reações imediatas no ambiente da Chapada dos Veadeiros. Assustados com as possíveis restrições ambientais sobre suas propriedades, fazendeiros se apressaram em desmatar áreas preservadas. Relatos da destruição foram registrados em uma pesquisa de campo organizada em 2001 pela Ong Oca Brasil, com sede em Alto Paraíso. No relatório os técnicos comprovaram que no vale do rio Macaco, a vegetação estava sendo bastante danificada por abertura de estradas e máquinas de preparação de solo.

O agravamento do desmatamento nos últimos anos, inclusive para a produção de carvão, levou o Conselho Estadual de Meio Ambiente de Goiás a proibir licenças de desmatamento para áreas acima de 30 hectares entre os meses de outubro de 2005 e fevereiro de 2006. A medida foi interpretada pelos produtores como uma consequência direta da implementação da APA, o que reforçou a impressão de que a unidade havia chegado para limitar a atuação dos fazendeiros.

Para o diretor de Unidades de Conservação de Goiás, Paulo D'Avila, está faltando comunicação com os proprietários sobre quais os reais objetivos da APA.. Ele promete uma atuação mais presente do estado para orientar no campo os produtores e mostrar a eles as vantagens de preservar matas ciliares e nascentes. Álvaro De Angelis, diretor de Meio Ambiente da Oca Brasil, acha que este é mesmo o caminho. O ideal, defende, é que APA caminhe cada vez mais para a produção sustentável. O turismo seria “o carro chefe na economia de qualidade.” Para isso, seria preciso incentivos públicos para permitir a transição aos produtores rurais. “Mas a preocupação com uma possível complicação econômica deles não pode ser maior do que a proteção da biodiversidade”, frisa De Angelis.

* Colaborou o jornalista Aldem Bourscheit.